

**ATA**

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 - Vereadora Adelina Paula Pinto – Fez o ponto de situação sobre o arranque do ano letivo 2015/2016 no concelho de Guimarães esclarecendo que, no que respeita às competências da Câmara Municipal em termos de refeições e transporte escolar, está tudo assegurado para que decorra dentro da normalidade. Disse, também, que as atividades de animação e apoio à família nos jardins-de-infância da rede pública estão em funcionamento desde o passado dia 1 de setembro. Referiu o encerramento da EB1 de Candoso Santiago como um processo pacífico e calmo com a integração dos alunos na EB1 de Mascotelos, bem como as obras entretanto executadas nas EB1 de Gondar e EB 2,3 Fernando Távora. Por último, demonstrou preocupação com o recrutamento de técnicos para as AEC's,

estando em causa um despacho normativo publicado em Diário da República no passado dia 24 de agosto, no qual o Ministério da Educação admite que as câmaras municipais podem recrutar o pessoal técnico sem recurso à habitual plataforma, lembrando que no ano passado o processo de contratação iniciou-se a 4 de Agosto. Assim, lamentou que o Ministério não tenha informado atempadamente as Autarquias sobre a metodologia de contratação por forma a acautelar perturbações no arranque do novo ano letivo, dizendo temer atrasos e que todo o processo de contratação não esteja concluído no próximo dia 21, no arranque do novo ano letivo. -----

2 - Vereador José Torcato Ribeiro – Referiu algumas notícias que têm vindo a público em tempo de férias, designadamente a intenção de redução do IMI para famílias numerosas, a poluição do Rio Ave com atos criminosos, a reclamação de uma Munícipe de Moreira de Cónegos. Contudo, disse que todos estes problemas não se comparam nem suplantam as dificuldades e o drama que os cidadãos de países como a Síria e o Iraque estão a enfrentar. Condenou a desestabilização destes países por parte do ocidente em nome de uma hipotética democracia, defendendo a saída dos blocos militares, nomeadamente da NATO, de alguns países. Referiu a realidade desastrosa que se vive no mediterrâneo, mostrando-se indignado perante a indiferença com que os governos europeus estão a tratar este problema. Disse ser uma obrigação de Portugal e da Europa resolver o problema dos refugiados que fugiram de um cenário de guerra, colocando em perigo a própria vida. Fez um paralelismo com o esforço que Portugal fez em 1975 aquando do êxodo de mais de 500 mil refugiados das ex-colónias e mais recentemente com o acolhimento de 2000 Kosovares que, entretanto, terão já



regressado ao seu país de origem. A propósito das declarações do Primeiro-Ministro, onde foi dito que Portugal estaria disponível para acolher 1700 refugiados, disse considerar que o País tem obrigação moral de acolher mais refugiados. Por último, perguntou se a Câmara Municipal tinha algum plano para acolhimento destes refugiados. -----

3 - Vereador Ricardo Araújo - Disse querer retomar um assunto já várias vezes abordado em reunião de Câmara e que tem que ver com a situação das régies-cooperativas. Disse que com o envolvimento do Presidente da Câmara e dos Vereadores da coligação PSD/CDS, o Governo, em tempo recorde, fez uma alteração à Lei nº 50/2012, passando as régies-cooperativas a estar no âmbito da sua aplicação, com as necessárias adaptações. Neste contexto, perguntou ao Presidente da Câmara se já havia recebido resposta do Secretário de Estado ao ofício que lhe foi enviado pela Câmara, bem como se já havia decisão no sentido de se internalizar, ou não, os serviços. -----

4 - Vereador André Coelho Lima – Disse que neste período de pré-campanha já são conhecidos os programas dos partidos, referindo uma medida do Partido Socialista, que considera positiva e que pode ter impacto ao nível nacional, que é a criação de objetivos partilhados e de estabilidade das políticas introduzindo segurança, previsibilidade e credibilidade nos processos políticos com a submissão a processo de audição e discussão pública dos programas de investimento plurianuais e à apreciação e aprovação parlamentar por uma maioria qualificada de dois terços desses programas plurianuais de investimento e dos projetos de grande relevância. Assim, perguntou se há abertura da Câmara Municipal para que de futuro possa haver

uma maioria de dois terços para aprovação dos grandes investimentos do concelho de Guimarães. -----

5 – Presidente da Câmara – a) - Sobre a intervenção da Vereadora Adelina Paula Pinto disse reconhecer que os serviços da Câmara Municipal estão a trabalhar para superar a dificuldade entretanto surgida no arranque do ano letivo; **b)** - Sobre a poluição do Rio Ave disse que considerava muito positivo o facto de a Câmara Municipal ter lançado o programa de despoluição daquele curso de água, que veio implicar que a comunidade tenha hoje uma maior consciência para este assunto; **c)** - Sobre a crise dos refugiados, disse que tem estabelecido um contacto com a Santa Casa de Misericórdia disponibilizando o apoio possível para requalificar um edifício que poderá vir a servir de acolhimento. Acrescentou, ainda, que a Câmara Municipal estaria disponível para apoiar, igualmente, a Delegação de Guimarães da Cruz Vermelha, entre outras instituições locais que viessem a ter uma intervenção nesta matéria; **d)** - Sobre as régies-cooperativas, referiu que tinha sido o Presidente da Câmara a propor a alteração legislativa, tendo chamado todos os Vereadores a estar juntos neste assunto de modo a haver concertação. Disse, ainda, que tinha pedido um parecer jurídico aos consultores externos, informando que, numa próxima reunião de Câmara, contava trazer uma informação sobre o assunto. Por último, deu conhecimento da resposta do Secretário de Estado, lendo, em voz alta, o teor do respetivo ofício; **e)** - Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima, disse que não era esta a altura para discutir o assunto. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião de Câmara descentralizada vai realizar-se na Vila de Serzedelo, no



próximo dia 1 de outubro. -----

-----**VOTO DE PESAR**-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Pesar, de acordo com o texto que a seguir se transcreve, o que foi aceite por unanimidade: **VOTO DE PESAR – EGÍDIO PINHEIRO** – “No passado dia 17 de Agosto faleceu, com a idade de 93 anos, Egídio Álvaro da Costa Pinheiro, que nasceu na data da fundação do seu clube de sempre, o Vitória de Guimarães, de que foi dirigente na década 50, Presidente entre os anos de 1966 e 1968 e a quem foi atribuído o título de Presidente Honorário nos anos 80. Egídio Pinheiro era atualmente o sócio número 1 do Vitória de Guimarães, sendo uma das maiores referências do seu clube de sempre. Empresário da indústria têxtil de reconhecidos méritos, Egídio Pinheiro foi igualmente Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães no biénio 1975-1976. O desaparecimento deste Ilustre Vimaranesense e dedicado Vitoriano deixa mais pobre Guimarães e a família Vitoriana. Propõe-se seja aprovado um voto de pesar pelo seu falecimento, e a sua comunicação à sua família e ao Vitória Sport Clube.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**VOTOS DE LOUVOR**-----

De seguida, o Presidente da Câmara submeteu, igualmente, à consideração dos presentes a votação de dois Votos de Louvor, de acordo com os textos que a seguir se transcrevem, o que foi aceite por unanimidade: **VOTO DE LOUVOR – FRANCISCA JORGE** – “Inês Francisca Ribeiro Cardoso Pinto Jorge, nascida a 21 de abril de 2000, atleta do Clube de Ténis de Guimarães, pratica ténis desde os 7 anos. Nos mais variados escalões da sua modalidade tem sido uma referência nacional, participando já em

competições internacionais. Atualmente, é atleta número um nacional, representando a seleção nacional, e número 81 na tabela geral do Tennis Europe. Francisca Jorge foi campeã nacional por 5 ocasiões (2012, 2013, 2014 e 2015), sendo que em 2014 obteve dois títulos, simultaneamente no escalão sub-14 e sub-16. Esta época, renovou o título em Sub-16, campeonatos que decorreram em Carcavelos. Aos 15 anos, Francisca Jorge tem sido a mais jovem referência vimaranense no panorama desportivo, sendo uma presença assídua na Gala do Desporto, conquistando os títulos de jovem revelação (2013) e atleta do ano (2015), bem como nas imagens promocionais desportivas de Guimarães, ao lado de nomes como Dulce Félix, Rui Bragança e do seu colega tenista João Sousa. Por outro lado, Francisca Jorge é também premiada no campo escolar, com prémios de mérito pelas suas classificações escolares de excelência, tendo conquistado o "Prémio Francisco de Holanda". Nestes termos, propõe-se que este executivo municipal aprove um voto de louvor à atleta vimaranense Inês Francisca Jorge pela conquista do título de Campeã Nacional Sub-16 em Ténis." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

VOTO DE LOUVOR – SOCIEDADE MUSICAL DE PEVIDÉM E MAESTRO VASCO FARIA – "Fundada em 1894 a Sociedade Musical de Pevidém, conta com uma Banda Filarmónica de alto nível, superiormente dirigida pelo seu Maestro, Dr. Vasco Faria, e, bem assim, com a já prestigiada Orquestra Juvenil de Pevidém, para além da componente pedagógica assegurada pela sua Escola de Música, de onde saíram já inúmeros músicos talentosos. Na primeira vez, nos seus 120 anos, em que a Banda de Pevidém participou num concurso desta dimensão fora de Portugal -o XVI Certamen Internacional de Bandas "Villa de



Aranda", em Aranda de Duero, Espanha, em que tocou no passado dia 21 de agosto-, a Banda de Música de Pevidém classificou-se no 1º lugar, e o seu Maestro, Vasco Silva de Faria conquistou, igualmente, o prémio de melhor maestro. Conquistar estas distinções num país com reconhecida e valorosa tradição da sua Música Filarmónica como é Espanha, e num concurso que contou com mais de 40 Bandas Filarmónicas espanholas e apenas uma portuguesa, de entre as quais foram selecionadas seis para a final, é um marco digno de registo, que merece as mais vivas felicitações. De salientar que é a primeira vez que uma Banda Filarmónica estrangeira conquista este importante prémio, sinal do prestígio internacional reconhecido à Banda de Pevidém. Este prestígio internacional reforça, por outro lado, o estatuto de alta importância de que a Banda de Pevidém já gozava no panorama musical filarmónico do nosso país, pela elevada qualidade que lhe é reconhecida e por iniciativas inovadoras no âmbito da nossa Música Filarmónica, como sejam os Concertos com História, o Cinema em Concerto, realizado em parceria com o Cineclube de Guimarães, e o importante espetáculo de abertura da Capital Europeia da Cultura, realizado com os Fura del Baus. A Banda Musical de Pevidém tem prestigiado os vimaranenses ao longo dos seus 120 anos, salientando-se que não deixa nunca de tocar o Hino de Guimarães, onde quer que se apresente. Ao prestígio nacional junta-se agora o prestígio internacional, sabendo-se que componente pedagógica é igualmente assegurada com grande sucesso. É inseparável deste resultado o excelente e dedicado trabalho do seu Maestro, Dr. Vasco Faria que aqui cumpre reconhecer. Por estas razões, propõe-se seja aprovado um voto de louvor à Sociedade Musical de Pevidém e a todos os seus

componentes pelo 1º prémio obtido em Espanha, e que seja aprovado igualmente um voto de louvor ao seu Maestro, Dr. Vasco Faria.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

1. Da informação dos serviços do Departamento de Urbanismo e Promoção de Desenvolvimento relativa à delimitação de áreas de reabilitação urbana para duas áreas localizadas no Centro da Cidade e Vila da Taipas, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 23 DE JULHO DE 2015. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – ERROS E OMISSÕES – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 20 de julho de 2015, que aprovou a lista de erros e omissões relativa à empreitada designada por Requalificação e Beneficiação de Arruamentos da Rede Viária Municipal, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DAS HORTAS E ÁREA ENVOLVENTE – ERROS E OMISSÕES – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 28 de julho de 2015, que aprovou a lista de erros e



omissões relativa à empreitada de Requalificação do Parque das Hortas e Área Envolvente, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de ter participado na elaboração do respetivo projeto.**-----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DAS HORTAS E ÁREA ENVOLVENTE – PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DE PROPOSTAS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 29 de julho de 2015, que aprovou uma nova prorrogação do prazo para entrega de propostas relativas à empreitada de requalificação do Parque das Hortas e área envolvente, até às 17:00 do passado dia 10 de agosto. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. O Vereador António Monteiro de Castro não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido em virtude de ter participado na elaboração do respetivo projeto.**-----

OBRAS PÚBLICAS – INSTALAÇÃO DE CANTINA ECONÓMICA EM EDIFÍCIO MUNICIPAL – S. PAIO – ERROS E OMISSÕES – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de agosto de 2015, que aprovou a lista de erros e omissões relativa à empreitada designada por Instalação de Cantina Económica em Edifício Municipal - S. Paio, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS - REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO E APROVAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRITEIROS SANTO ESTÊVÃO E DONIM – ANO DE 2015 – Presente a

seguinte proposta: "A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a União de Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim, para o alargamento do Cemitério de Briteiros Santo Estêvão, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €21.205,47. O Presidente da Junta da União de Freguesias informou da necessidade e urgência em proceder à repavimentação da rua da Boavista, em Briteiros Santo Estêvão, e à pavimentação e escoamento de águas pluviais da rua do Moinho de Pereira, em Donim, pelo que propôs executar estas obras, no ano de 2015, em substituição do alargamento do Cemitério. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a revogação da deliberação da Câmara Municipal de 28 de maio de 2015 e da Assembleia Municipal, de 22 de junho de 2015 que aprovaram aquele Contrato de Atribuição de Subsídio. Propõe-se, igualmente, que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim, conforme minuta em anexo (Doc. 1), bem como a aprovação da transferência da correspondente verba prevista para o ano 2015,



no valor de €21.205,47.” A minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

FREGUESIAS - REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO E APROVAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE CANDOSO SANTIAGO E MASCOTELOS – ANO DE 2015 – Presente a

seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 22 de junho de 2015, deliberou sancionar a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 28 de maio de 2015, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a União de Freguesias de Candoso Santiago e MascoteLOS, para o alargamento do Cemitério de Santo Amaro, bem como a transferência de uma verba até ao limite do valor de €20.986,12. O Presidente da Junta da União de Freguesias informou da necessidade e urgência em proceder à requalificação das ruas do Pedral e Venda Velha, em Candoso Santiago, pelo que propôs executar esta obra, no ano de 2015, em substituição do alargamento do Cemitério. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a revogação da deliberação da Câmara Municipal de 28 de maio de 2015 e da Assembleia Municipal, de 22 de junho de 2015, que aprovaram aquele Contrato de Atribuição de Subsídio. Propõe-se igualmente que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do nº 1 do artigo 25º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, a celebração de um Contrato

Interadministrativo de Delegação de Competências com a União de Freguesias de Cadoso Santiago e Mascotelos, conforme minuta em anexo (Doc. 1), bem como a aprovação da transferência da correspondente verba prevista para o ano 2015, no valor de €20.986,12.” A minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

URBANISMO – DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) PARA DIFERENTES ÁREAS TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente, para aprovação,

uma proposta de delimitação de áreas de reabilitação urbana (ARU) para diferentes áreas territoriais do Município de Guimarães, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “A instituição das «Áreas de Reabilitação Urbana» (ARU), tal como hoje nos são apresentadas, resultam da publicação da Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto, aprovada no decurso da presente legislatura, isto é, pelo Governo que se encontra presentemente em funções. Aliás, foi esta nova configuração legislativa que motivou a proposta apresentada pela Câmara no passado mês de Maio, bem como aquela que agora se nos apresenta. Isto é, trata-se de uma medida objetivamente meritória e com potencialidades inequívocas no impulso que proporciona à reabilitação urbana e, para mais, uma medida com configuração legislativa aprovada por este Governo, razões suficientes para estarmos favoráveis à sua



implementação. No entanto, estamos a debruçar-nos novamente sobre uma proposta de ARU depois o termos feito ainda no passado mês de Maio. Então, propunha-se a ARU da Cidade e da vila das Taipas, aquele que é historicamente o segundo centro urbano do nosso (atual) concelho. Agora, são-nos propostas ARU's para todas as vilas do concelho. Se estamos totalmente de acordo que todas as áreas territoriais que tenham a categoria de vila possam ter uma ARU que impulse e motive a reabilitação dos espaços que disso estejam carecidos, consideramos simultaneamente que as suas respetivas Juntas de Freguesia, eleitas pela população da vila, são naturalmente as entidades mais habilitadas para se pronunciar, em primeira instância, acerca da ARU que é proposta para a sua vila. Ora, não se compreende que sejam presentes para deliberação propostas de delineamento geográfico das ARU de cada uma das vilas do nosso concelho sem que se tenham pronunciado a respetiva autarquia local. Porque, como sabemos, as freguesias são geridas por autarquias locais, eleitas pelo povo, pelo que choca que nos seja proposta uma circunscrição dentro da área de uma vila que não tenha conhecido a pronúncia prévia da autarquia local que tem jurisdição política sobre o território em causa. Assim, só não censuramos esta proposta de deliberação através do nosso sentido de voto precisamente porque nos foi, pelo Presidente de Câmara, que esta proposta visava apenas o cumprimento de prazos exigidos pelas candidaturas comunitárias, não se tratando ainda, por isso, de configurações definitivas. O que equivale a dizer que esta proposta nada tem que ver com aquela que foi apresentada em Maio último, pois a de então, mediante aprovação, seguiu diretamente para a Assembleia Municipal, sendo que, mais uma vez de acordo com

informação do Presidente de Câmara no decurso da reunião, fomos informados de que esta aprovação não seria ainda definitiva e que a definitiva seria apresentada após auscultação das respetivas juntas de freguesia. É importante clarificar que neste ponto não nos estamos a debruçar sobre ORU's (Operações de Reabilitação Urbana) pois essas é que serão a base para uma verdadeira intervenção nos locais. Agora, trata-se apenas de delimitar as áreas nas quais poderá, eventualmente, haver intervenção no futuro. Pública ou privada. Assim sendo, porque temos conhecimento de muitas alterações que poderiam ser propostas pelos respetivos autarcas, acaso tivessem sido ouvidos, vamos abster-nos de nos pronunciar sobre cada uma das propostas apresentada para cada uma das vilas. Até porque entendemos não o dever fazer enquanto não for dada a palavra àqueles que a deveriam ter tido em primeiro lugar. Depois, nesta proposta inclui-se uma alteração da ARU da Cidade, proposta ainda no passado mês de Maio deste mesmo ano. O que justifica uma alteração na ARU proposta ainda há tão pouco tempo no espaço da Cidade? O espaço que agora se propõe (Parque das Hortas e área circundantes) não era então considerado como sendo merecedor de uma ARU? E porquê agora? O que isto revela, entre outras coisas, é a falta de planeamento e de estratégia sustentada. Ainda relativamente à nova área proposta pela Câmara para a Cidade, fica sem se perceber o critério com base no qual se escolheu esta zona da Cidade. Se as duas zonas propostas em Maio último eram compreensíveis até por serem zonas históricas consideradas "zona tampão" do Centro Histórico classificado, já o Parque das Hortas não contém qualquer dessas características. Aliás, não sequer características diferenciadoras de outras zonas da Cidade que poderiam ter sido igualmente



abrangidas, como por exemplo a Rua Alberto Sampaio (rua das Muralhas) que estranhamente não é considerada com dignidade para integrar uma ARU, sendo já considerado o Parque das Hortas, área coberta por uma polémica que segue os seus trâmites nos tribunais e cujos edifícios são recentes. Naturalmente que não esperamos que seja a circunstância da Câmara Municipal ter prevista para aquele local uma intervenção pública de requalificação do espaço público que justifique a inclusão desta nova ARU, sabendo-se dos benefícios fiscais que estão associados às intervenções realizadas em locais classificados como ARU, incluindo os que sejam levados pelo ente público.” -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE PARCERIA – GAL RURAL SOL DO AVE – ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

“AVE RURAL – TERRITÓRIO DE COESÃO” – Presente, para ratificação, o Protocolo de Parceria GAL RURAL SOL DO AVE celebrado no passado dia 13 de julho, tendo por objeto a definição dos termos de cooperação a estabelecer entre as organizações que operam no território Rural do Vale do Ave para a execução da Estratégia de Desenvolvimento Local, “Ave Rural – Território de Coesão”, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E A FUNDAÇÃO INSTITUTO ARQUITETO JOSÉ MARQUES DA SILVA – Presente a seguinte proposta:

“Considerando: - Que os Municípios, enquanto autarquias locais, dispõem, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de atribuições nos domínios do património, cultura e ciência. - Que, para

exercer tal atribuição, os Municípios têm como competência material apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013; - Que é cada vez mais preponderante a aposta do Município de Guimarães na cultura como um meio de desenvolvimento económico e de promoção concelhia; - Que a Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva tem como objeto «(...) a promoção cultural, científica e pedagógica, designadamente a classificação, preservação, conservação e divulgação de todo o património artístico e arquitetónico do Arq. José Marques da Silva, (...) assim perpetuando (...) a sua ação na promoção da arquitetura, em particular, e da arte em geral. (...)». - Que, no âmbito da sua atividade, a Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva desenvolve, entre outras «(...) ações de ensino, divulgação e difusão cultural de qualquer natureza relacionadas com a obra e atividade do Arquiteto José Marques da Silva; (...)». Proponho o estabelecimento de um protocolo entre o Município de Guimarães e a Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva, nos termos da minuta anexa.” A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PROTOSCOLOS - ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A SOCIEDADE PORTUGUESA DE VIDA SELVAGEM –

CARRY.ON – Presente a seguinte proposta: “A Sociedade Portuguesa de Vida Selvagem propõe ao Município de Guimarães um acordo de cooperação para desenvolver um projeto direcionado para a melhoria da qualidade de vida de vítimas de violência doméstica, em parceria com a Universidade do Minho -



Escola de Psicologia, a Câmara Municipal de Braga e o Grupo de Ação Social Cristã de Barcelos, cofinanciado pelo programa Cidadania Ativa da Fundação Calouste Gulbenkian, e suportado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants). A concretização do projeto implica a realização de um conjunto de ações, das quais o Município, como entidade cooperante fica comprometido a: 1. Recomendar ao Primeiro Outorgante técnicos para integração do grupo P2, dentro dos prazos previstos no cronograma do Projeto CarryOn; 2. Caso o Segundo Outorgante realize acompanhamento de vítimas de violência doméstica, recomendar ao Primeiro Outorgante participantes para integração no grupo P1; 3. Colaborar ativamente na divulgação do Projeto CarryOn, incluindo eventos associados ao mesmo e informação relevante recomendada pela equipa técnica do Projeto; 4. Participar de forma ativa, dentro das suas possibilidades e disponibilidade, nas reuniões do Quadro de Cooperação, propostas pela equipa técnica do Projeto CarryOn; 5. Apoiar, dentro das suas possibilidades e disponibilidade, as ações direcionadas para o grupo P1 e para o público em geral, desenvolvidas pela equipa técnica do Projeto CarryOn; 6. Enviar a informação necessária para a divulgação da entidade no *website* do Projeto CarryOn, tendo em conta o referido na alínea e), da Cláusula Segunda. Tendo em atenção o protocolo celebrado 25 de janeiro de 2001 com a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, bem como a estratégia municipal nesta área com a implementação, nos anos 2015 e 2016, do Plano Municipal para a Promoção da Igualdade de Género, e tratando-se de um acordo de cooperação que se enquadra nas atribuições do Município para a ação social e para a promoção do desenvolvimento que estão previstas nas alíneas

h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se para aprovação, os termos da minuta de protocolo que aqui se anexa.” A minuta do Acordo de Cooperação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

PROTOS - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO – N.R.NORTE – Presente

a seguinte proposta: “O Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC-NRN) propõe ao Município de Guimarães um Protocolo de Cooperação para disponibilizar um espaço adequado a um gabinete de Psiconcologia que permita a realização de sessões de psicoterapia (individual ou grupo), e respetivo secretariado de apoio. Pretende a LPCC-NRN com esta especialidade, acompanhar os doentes oncológicos e seus familiares numa fase da sua vida de maior fragilidade psicológica, sendo que esta preocupação se alinha com o objetivo do Município de Guimarães em organizar um serviço de psicologia à comunidade no qual este gabinete se integra por definição. No âmbito deste protocolo, fica o Município comprometido, como entidade cooperante, a disponibilizar os espaços adequados para realização de sessões de psicoterapia e a assegurar os serviços administrativos (Cláusulas 2.ª e 4.ª). Após reuniões com o diretor clínico da Unidade de Psiconcologia da LPCC-NRN ficou identificado o espaço para este gabinete nas instalações do prédio descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o n.º nº 763/130795-F (fração autónoma F), sito na Av. Rio de Janeiro, da freguesia de Mesão Frio. Porém, o espaço aqui identificado carece de obras e de um projeto de adaptação a gabinete de



consulta com sala de espera, sendo para tal necessária a intervenção do Departamento de Obras Municipais. Pelas razões expostas, e tratando-se de um acordo de cooperação que se enquadra nas atribuições do Município para a ação social e para a promoção do bem-estar social que estão previstas nas alíneas h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se para aprovação, os termos da minuta de protocolo que aqui se anexa.” A minuta do Protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - REGULAMENTOS - REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS - CORRESPONDÊNCIA DE CLASSES DE SOLO** – Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica ao regulamento municipal de taxas e encargos nas operações urbanísticas e à sua relação / compatibilização com o plano diretor municipal entretanto publicado e, hoje, em vigor. Para efeitos de liquidação e cálculos de taxas e compensação, o regulamento municipal de taxas e encargos nas operações urbanísticas fixa um índice médio de construção acima do solo que reporta diretamente ao “zonamento do PDM (plano diretor municipal) ” na sua versão anterior. A saber, e mais especificamente, em dois artigos: 1. Artigo 4º - liquidação de taxas: a. 0,75 – zona central, equipamento, industrial e armazenagem; b. 0.50 – zona dominante; c. 0.25 – zona de transição; d. 0.10 – restantes zonas. 2. Artigo 21º - cálculo de compensação – a. $Pe = 0.20$, em zona de construção central ou industrial; b. $Pe = 0,17$, em zona de construção dominante; c. $Pe = 0,15$, em zona de construção de transição e outras. Em função dos trabalhos realizados no âmbito da “revisão do PDM” e

dos ajustamentos/alterações registadas, verifica-se que a denominação destas “classes de solo” foi suprimida, não existindo hoje, no PDM em vigor, classes de solo com as designações exatas àquelas constantes no regulamento municipal. Todavia, da análise feita, concluiu-se que as classes de solo em causa reportam ao denominado solo urbano, podendo ser estabelecida (de forma consensual) uma analogia e relação direta entre as classes de solo urbano antes e agora existentes. Ou seja, quer a anterior zona de construção central e a atual classe de solo “espaços centrais, quer a anterior zona de construção dominante e a atual classe de solo “espaços residenciais”, quer a anterior zona de construção de transição e a atual classe de solo “espaços urbanos de baixa densidade” apresentam objetivos e destinos muito similares, sendo mesmo corrente (no tempo já verificado de prática deste PDM), por técnicos e munícipes, a associação direta das atuais classes de solo àquelas antes constantes no instrumento de gestão territorial então em vigor. Face ao exposto, porque importa ajustar e compatibilizar o articulado do regulamento municipal de taxas e encargos urbanísticos com o PDM hoje em vigor e porque o trabalho, mais profundo e abrangente, de revisão do mesmo regulamento municipal e seu ajustamento e fundamentação a toda a legislação entretanto em vigor (que se encontra em curso) não se afigura possível concluir a curto prazo, julga-se pertinente que, para efeitos de liquidação de taxas e cálculo de compensação (alínea a) e b) do n.º7 do artigo 4.º e alínea a) do n.º2 do artigo 21.º.) se proceda à correspondência e encarando de igual forma: 1. Espaços centrais com a anterior “zona de construção central”; 2. Espaços residenciais com a anterior “zona de construção dominante”; 3.



Espaços urbanos de baixa densidade com a anterior “zona de construção de transição”; 4. Espaços de atividades económicas com a anterior “zona de construção industrial e de armazenagem”; 5. Espaços de uso coletivo com a anterior “zona de equipamento”. Assim, e de modo a possibilitar o ajustamento imediato inerente a esta realidade, entende-se conveniente propor ao Órgão Executivo, e posterior aprovação pelo Órgão deliberativo, que delibere sobre a correspondência das classes de solo (conforma quadro abaixo), com aplicação imediata, até à aprovação da revisão global do regulamento municipal de taxas e encargos nas operações urbanísticas. -----

Atual designação (PDM em vigor)	Designação do PDM revogado
Espaços centrais	Zona de construção central
Espaços residenciais	Zona de construção dominante
Espaços urbanos de baixa densidade	Zona de construção de transição
Espaços de atividades económicas	Zona de construção industrial e de armazenagem
Espaços de uso coletivo	Zona de equipamento

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

REGULAMENTOS - PROJETO DE REGUMENTO MUNICIPAL DE FREQUÊNCIA E FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NOS JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação: “Reconhecendo

a relevância das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na formação integral das crianças da Educação Pré-Escolar, traduzidas numa ocupação útil e consequente dos tempos não letivos; Reconhecendo ainda a importância destas estruturas de apoio numa ótica de serviço público; E considerando que é intenção da Câmara Municipal assumir, a

partir de janeiro de 2016, o desenvolvimento destas atividades nos jardins de infância da rede pública do concelho de Guimarães, torna-se imperioso definir as regras e normas de frequência e funcionamento, bem como as competências e atribuições das entidades envolvidas, designadamente a Câmara Municipal e os Agrupamentos de Escolas. Nessa conformidade, propõe-se que seja presente para aprovação em reunião de Executivo Camarário, e posteriormente em sessão de Assembleia Municipal, o documento em anexo, nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal. Mais informamos que o presente projeto de Regulamento será objeto de apreciação pública, nos termos do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, diploma que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, mediante publicação no Diário da República. À consideração superior.” O projeto de Regulamento Municipal de Frequência e Funcionamento das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) nos Jardins de Infância da Rede Pública do Concelho de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETRER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL APÓS REALIZAÇÃO DE INQUÉRITO PÚBLICO.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “O Projeto de Regulamento Municipal de frequência das Atividades de Animação e Apoio à



Família (AAAF) nos jardins de infância da rede pública do concelho de Guimarães poderia merecer a aprovação dos vereadores da Coligação PSD/CDS-PP, não fosse o teor do Artigo 8º que se refere ao Horário e Período de Funcionamento. De acordo com o ponto 3. deste artigo, "o horário de funcionamento das AAAF é fixado no início de cada ano letivo pelos agrupamentos de escolas, em articulação com a Câmara Municipal (...)"; no entanto, no ponto 5. do artigo supracitado, estipula-se que "Nas interrupções da atividade educativa e no mês de julho, as AAAF funcionarão das 8.00h às 19.00h, exceto nas situações em que tal não seja necessário." As Atividades de Animação e Apoio à Família foram criadas para dar uma resposta, que se pretende de qualidade, às reais necessidades das famílias, cujos horários de trabalho não são, na maior parte dos casos, compatíveis com as cinco horas de atividade letiva dos jardins de infância da rede pública. Não podemos, pois, ignorar o facto de que o horário de funcionamento das AAAF nas interrupções da atividade educativa e no mês de julho não é compatível com o horário de trabalho de muitos pais e mães que, ao longo de todo o ano, iniciam a sua atividade profissional precisamente às 8.00h. Pelas razões acima expostas, não podemos aprovar um regulamento que, contrariamente ao que afirma no preâmbulo, não considera a importância de adaptar os tempos de permanência das crianças às necessidades das famílias, pelo que nos abtemos na votação deste ponto da agenda." -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONCURSO PÚBLICO N.º 2/15 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - SETEMBRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2017 -

IMPUGNAÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ATO DE ADJUDICAÇÃO – Presente a seguinte informação: **"A EUREST (PORTUGAL) – SOCIEDADE EUROPEIA DE RESTAURANTES, LDA,** (doravante apenas EUREST) **e a ITAU – INSTITUTO TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO HUMANA, SA.** (doravante apenas **ITAU**), concorrentes no âmbito do procedimento pré-contratual identificado em assunto, tendo sido notificadas da decisão de adjudicação, tomada pela Câmara Municipal em sua reunião do passado dia 9 de julho de 2015, dela vêm apresentar impugnações administrativas, dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal, constantes dos documentos que se anexam, e aqui se dão por integralmente reproduzidos **(doc.s 1 e 2)**. **1. ANÁLISE JURÍDICA E APRECIÇÃO TÉCNICA: - Da legitimidade das impugnantes:** Os documentos em anexo configuram impugnações administrativas da decisão de adjudicação tomada pela Câmara Municipal, portanto da decisão final do procedimento pré-contratual, e que têm como fundamento legal os art.ºs 267.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP). À luz do art.º 186.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) atualmente em vigor, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, as concorrentes detêm legitimidade no que concerne à apresentação desta impugnação administrativa, por serem titulares de direito subjetivo ou interesse legalmente protegido e que se considera lesado pela prática do ato administrativo. Efetivamente, tendo as concorrentes apresentado propostas no âmbito do procedimento pré-contratual aqui em causa, e não lhe tendo sido adjudicada a prestação deste serviço, podem ser consideradas titulares de um direito subjetivo à eventual adjudicação da prestação do serviço, que se consideram lesadas pela decisão de adjudicação tomada



pela Câmara Municipal no passado dia 9 de julho de 2015, que consubstancia o ato administrativo que agora impugnam. - **Da qualificação das impugnações administrativas, nos termos e para os efeitos previstos no Código do Procedimento Administrativo:** De acordo com o já invocado art.º 267.º do CCP, *“as impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos públicos regem-se pelo disposto no presente título e, subsidiariamente, pelo disposto no Código do Procedimento Administrativo.”* No restante título do CCP, art.º s 267.º e seguintes, prevêm-se disposições especiais quanto a decisões impugnáveis, prazos e procedimentos específicos para estas situações. A tudo o que aqui não estiver previsto deve ser aplicado o que dispõe o CPA. O art.º 267.º do CCP refere-se às impugnações administrativas no geral, não especificando que tipo de impugnações administrativas deve ocorrer para cada situação. Para efeitos de qualificação da impugnação administrativa devem os impugnantes socorrer-se do que dispõe o CPA, que prevê dois tipos de impugnação administrativa: a reclamação e o recurso hierárquico. A qualificação da impugnação administrativa é importante por várias razões, mas desde logo para saber a quem deve ser dirigida a impugnação: se para o próprio autor do ato (na reclamação), se para o superior hierárquico do ato (no recurso). Ora, uma das concorrentes (a EUREST) limitou-se a apresentar uma impugnação administrativa sem referir qual a sua natureza, indicando apenas o seu destinatário, o Presidente da Câmara Municipal o que, como a seguir veremos, não permite a qualificação da impugnação administrativa nem como reclamação nem como recuso hierárquico. A ITAU apresentou uma impugnação administrativa identificando-a como

reclamação, e dirigida ao Presidente da Câmara, o que também não está correto, como melhor se explicará adiante. - **Da decisão recorrida- competência:** Atendo o disposto no n.º 1 do art.º 36.º do CCP, conjugado com a al. b) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, o órgão com competência para a decisão de contratar é Câmara Municipal, órgão que, depois, tem também competência para a decisão de adjudicação. Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião do passado dia 9 de julho de 2015, foi praticado o ato administrativo que decidiu o procedimento e que deveria ser, agora, objeto de impugnação administrativa. Se é a Câmara Municipal a autora do ato administrativo, então qualquer reclamação a apresentar desse ato deveria ter sido dirigida ao órgão coletivo, câmara municipal, nos termos do n.º 1 do art.º 191.º do CPA, e não ao seu Presidente, como aconteceu. Por outro lado, a tratar-se esta impugnação de um recurso hierárquico, previsto nos art.ºs 193.º e seguintes do CPA, então o recurso hierárquico deve ser rejeitado nos termos da al a) do n.º 1 do art.º 196.º do CPA, porque este ato não é suscetível de recurso. Efetivamente, das decisões da Câmara Municipal, enquanto órgão colegial do Município, não é possível recorrer hierarquicamente uma vez que, para efeitos do n.º 1 do art.º 194.º do CPA, não existe *"mais elevado superior hierárquico do autor do ato"*. Nos termos do n.º 2 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro, diploma que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, apenas existem recursos *"das decisões tomadas pelo presidente da câmara municipal ou pelos vereadores no exercício de competências delegadas ou subdelegadas cabe recurso para a câmara municipal, sem prejuízo da sua impugnação contenciosa."* Assim, as presentes



impugnações administrativas, independentemente da qualificação que as impugnantes lhe pretendessem dar, apenas poderiam ter sido dirigidas à Câmara Municipal, e não ao Presidente da Câmara Municipal. Excluída a hipótese do recurso hierárquico, as presentes impugnações administrativas poderiam, então, ser qualificadas como reclamação para o autor do ato, mas também não foram dirigidas corretamente ao seu destinatário. Nos termos do art.º 41.º do CPA, *“quando seja apresentado requerimento, petição, reclamação ou recurso a órgão incompetente, o documento recebido é enviado oficiosamente ao órgão titular da competência (...)”*. Assim, ao abrigo desta disposição legal, submete-se à consideração superior o envio destas duas impugnações administrativas para decisão final da Câmara Municipal.

2. ALEGAÇÕES DAS IMPUGNANTES - Na sequência da receção destes dois documentos, e em cumprimento do que dispõe o art.º 273.º do CCP, tratando-se de impugnações do ato de adjudicação, foi dado conhecimento aos contrainteressados, nos dois dias seguintes à respetiva apresentação, para que estes, querendo, se pronunciassem no prazo de 5 dias. Apenas apresentou a sua pronúncia o contra-interessado UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Provados, conforme documento que se junta em anexo e que aqui, igualmente, se dá como reproduzido (doc. 3). Quanto aos argumentos de facto apresentados pelas impugnantes, o teor das suas alegações e das respostas do contra-interessado UNISELF foi analisado pelos serviços da Divisão de Educação, conforme informação em anexo (doc. 4). Nesta informação são prestados os esclarecimentos relativamente ao alegado pelas impugnantes naqueles documentos, concluindo-se pela manutenção da decisão da

Câmara Municipal de 9 de julho de 2015, agora posta em causa, pelas razões expostas nesta informação, que aqui também se dão como reproduzidas. **3. CONCLUSÃO** - Em face do exposto, verifica-se que as impugnações administrativas, embora não tenham sido dirigidas ao órgão competente, foram analisadas, tendo-se concluído que não apresentam fundamentação válida, quer de facto, quer de direito, que permita a alteração da decisão que impugnam pelo que, em consequência: - devem ser indeferidas, nos termos e fundamentos constantes da presente informação; - e confirmar-se o ato que impugnam, a deliberação da Câmara Municipal de 9 de julho de 2015, porquanto este ato não infringiu qualquer norma legal e se encontra ajustado ao caso em apreço.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “A proposta em análise subdivide-se em duas questões: o indeferimento das impugnações administrativas; - a confirmação da deliberação da Câmara Municipal de 9 de julho; No que concerne à primeira, o que se discute são questões formais, de se saber se seria ou não obrigatório apresentar o anexo B2 (discriminação de custos com o pessoal/transporte), ou seja, trata-se de questões jurídicas, que não nos importa discutir mas que, ainda assim, podem revelar que o Programa do Concurso não parecia estar muito claro para os concorrentes. Mas não deixa de ser relevante que se exclua um concorrente porque não



apresentou um anexo que diz não ser obrigatório mas que, afinal, até decorre do outro, e que diz respeito à decomposição pelas refeições do custo com o pessoal/ transporte, mas não cause qualquer constrangimento a adjudicação a quem, em bom rigor, não assegura o cumprimento do Caderno de Encargos no que diz respeito às refeições. Se as impugnações dizem respeito a situações que importam apenas aos concorrentes, a adjudicação tem, para nós, primordial importância, pelos motivos já referidos na reunião de 9 de julho e que agora recuperamos. Assim, reiteramos que não se pode menosprezar a importância de uma alimentação equilibrada para o desenvolvimento de qualquer criança e que, tratando-se de refeitórios escolares, é imprescindível uma atenção redobrada dado que a população estudantil que usufrui deste serviço é maioritariamente constituída por crianças oriundas de agregados familiares com poucos recursos económicos, tal como se pode constatar pelo número de alunos com Escalão A. Para muitos destes alunos, o almoço que lhes é servido na escola constitui a única refeição completa que ingerem ao longo do dia. Não podemos, pois, pactuar com uma decisão que privilegia o baixo custo em detrimento do superior interesse das crianças e jovens do concelho de Guimarães. E por outro lado, entendemos que devemos manter a coerência do nosso sentido de voto, numa assunto que se mantém, até acrescidamente, pouco claro, mas que sobretudo permite que vença um concorrente que confessa antecipadamente não cumprir as condições do Caderno de Encargos. Pelos motivos expostos, votamos **contra** esta proposta.” -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PEDIDO DE
PARECER PRÉVIO - MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE**

CÓPIA, IMPRESSÃO E DIGITALIZAÇÃO PARA AS ESCOLAS EB1 E J.I. DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação:

1. Objeto: Fornecimento de uma solução de manutenção dos equipamentos de cópia, impressão e digitalização das escolas do ensino básico e jardins-de-infância do concelho de Guimarães, pelo período de 1 ano, renovável nos termos da lei. **2. Considerandos:** Em julho de 2014, o Município de Guimarães adjudicou à empresa Quatrónica, Lda., mediante Concurso Público com a referência 3/14 a “aquisição de serviços - fornecimento de uma solução de cópia, impressão e digitalização, para as escolas EB1 e JI de Guimarães” por €94.900,20 + IVA, que previa a colocação de 75 equipamentos multifunções em todos os estabelecimentos de ensino básico e jardins-de-infância do concelho de Guimarães. Acontece, porém, que desde muito cedo a empresa demonstrou dificuldades logísticas e financeiras para cumprir o contrato, não tendo conseguido ao longo deste ano letivo estabilizar o parque instalado, havendo sempre um grande número de equipamentos a necessitar de assistência técnica e de reposição de consumíveis. A partir de abril último, início do 3º período letivo, foi necessário aplicar, na íntegra, as penalidades previstas do caderno de encargos do concurso público. Ainda assim, a empresa não demonstrou capacidade para regularizar os pedidos de suporte e consumíveis das escolas pelo que se mostrou imperativo proceder à resolução daquele contrato, e dar início a um novo procedimento com o mesmo objeto, e com a urgência possível para garantir o bom funcionamento das escolas no início do novo ano letivo que se inicia em Setembro próximo. Para esse efeito, a prestação do serviço de fornecimento de uma solução de manutenção dos equipamentos de cópia, impressão e



digitalização das escolas do ensino básico e jardins-de-infância, que agora se propõe contratar pressupõe o aluguer operacional de 74 equipamentos pelo período 1 ano, renovável nos termos da lei, sendo da responsabilidade do Município a disponibilização dos espaços de instalação e o fornecimento de energia e papel, sendo os demais encargos da responsabilidade do prestador do serviço. Trata-se da aquisição de um serviço cuja prestação não é passível de ser exercida com recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e dos n.ºs 5 e 12 do art.º 75.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro (LOE 2015), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de "fornecimento de uma solução de manutenção dos equipamentos de cópia, impressão e digitalização das escolas do ensino básico e jardins-de-infância, 1 ano, renovável nos termos da lei, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato consiste no fornecimento de uma solução de manutenção dos equipamentos de cópia, impressão e digitalização das escolas do ensino básico e jardins-de-infância do Concelho de Guimarães. b) A despesa anual estima-se em €19.980,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 02020108 (Material de Escritório), correspondente ao ano de 2015. d) O procedimento de formação do contrato será mediante Ajuste Direto, com consulta a 3 entidades, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos. e) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória no art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, aplicável a esta situação por força do art.º 7.º do

mesmo diploma legal e do 75.º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** --

PATRIMÓNIO - IDEGUI - CEDÊNCIA DE ESPAÇOS - ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO

– Presente a seguinte informação: “A IDEGUI - Instituto de Design de Guimarães, vem solicitar autorização para a cedência de um espaço referente ao Atelier 1, do piso 0, do Instituto de Design de Guimarães, em regime de comodato parcial com a Associação Académica da Universidade do Minho, com vista à instalação de um gabinete de apoio ao aluno, que prestará um conjunto variado de serviços prestados noutros campi da Universidade. Nos termos do contrato de comodato celebrado entre o Município de Guimarães e a IDEGUI, em 23.05.2013, consta no seu n.º 2, da cláusula 2ª que a “IDEGUI fica impedida de sublocar, emprestar ou ceder, total ou parcialmente, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do MUNICÍPIO”. Assim, em caso de concordância superior, e atendendo que o contrato de comodato supra referido foi aprovado pela Câmara Municipal em sua sessão realizada em 12.11.2012, deverá o presente pedido de autorização de cedência do espaço referente ao Atelier 1, do piso 0, do Instituto de Design de Guimarães, em regime de comodato parcial a celebrar entre a IDEGUI e a Associação Académica da Universidade do Minho, ser submetido a deliberação de Câmara, sendo que em caso de aprovação, deverão aquelas entidades responsabilizarem-se pelo enquadramento legal inerente à instalação e funcionamento daquele espaço. Ressalva-se que, em caso de autorização da cedência do espaço em causa, o período de cedência não poderá ultrapassar o período de vigência do contrato de comodato



celebrado com a IDEGUI em 23.05.2013. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITA NA RUA Nº Sª DA GUIA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ATÃES E RENDUFE – Presente a seguinte informação: “O Sr. David Patrício Lopes Araújo requereu à Câmara Municipal a venda de uma parcela de terreno com a área de 130m², situada na rua Nº Sª da Guia, da União das Freguesias de Atães e Rendufe (extinta Atães), contígua ao seu prédio, destinada à construção de uma garagem. A parcela em causa foi cedida ao domínio público municipal, para implantação de infraestruturas de saneamento, no âmbito do Alvará de Loteamento nº 28/2002, estando desativada, pelo menos desde 2012, conforme informação escrita prestada Vimágua, não vendo aquela empresa, inconveniente na sua alienação. A Divisão de Urbanismo emitiu parecer favorável à edificação de uma garagem com a área de 13m², tendo, por despacho do Sr. Vereador Amadeu Portilha de 21 de julho último, sido aprovada a alteração ao referido loteamento que consiste na modificação da finalidade daquela parcela de terreno. De acordo com simulação efetuada no sítio da internet das finanças em www.portaldasfinancas.gov.pt, o valor patrimonial tributário da indicada parcela é de €2.240,00. Assim, submete-se à consideração superior a desafetação do domínio público da parcela de terreno com a área de 130,00m², situada na rua Nº Sª da Guia, da União das Freguesias de Atães e Rendufe, a confrontar do norte com David Patrício Lopes Araújo, do nascente com rua Nº Sª da Guia, do sul com arruamento do loteamento e do poente com lote 11 para posterior venda a David Patrício Lopes Araújo, pelo referido preço de € 2.240,00 a

que acrescem os custos administrativos do processo, no montante de €350,00. Em caso de aceitação, e nos termos da alínea ccc), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o assunto deverá ser submetido à Câmara para apresentação de proposta de aprovação à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea q), nº 1 do artigo 25º do mesmo diploma legal. De salientar que o Sr. Júlio Martins Fernandes, na qualidade de promotor do loteamento e de proprietário do lote 11, confrontante com a parcela de terreno em apreço, por carta datada de 16 de março de 2015, informou do seu total desinteresse na aquisição da parcela, não havendo assim necessidade de recurso à hasta pública para a sua alienação. À consideração superior.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PATRIMÓNIO - INSTALAÇÃO DO IPCA - CONTRATOS DE ARRENDAMENTO E DE CEDÊNCIA - RATIFICAÇÃO –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de agosto de 2015, que concordou com a seguinte informação: “No dia 8 de junho de 2015 o Município de Guimarães celebrou um protocolo com o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, adiante designado por **IPCA**, no intuito de se levar a cabo um conjunto de ações de mútuo interesse e de relevante impacto no desenvolvimento regional, designadamente a criação de uma unidade de extensão/polo do IPCA no concelho de Guimarães. **Assim, considerando que o IPCA:** É uma instituição de ensino superior pública que tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, estimular a criação cultural, a investigação e pesquisa aplicadas, e fomentar o pensamento reflexivo e humanista; Está inserido



no espaço europeu de ensino superior e proporciona áreas de conhecimento para o exercício de atividades profissionais atrativas no plano nacional e internacional, promovendo a mobilidade, a empregabilidade e as relações de reciprocidade com a comunidade; Deve participar em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como da valorização económica do conhecimento científico; Enquanto instituição politécnica pública no Vale do Cávado e no Vale do Ave, compete prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade. **Considerando que o Município de Guimarães:** Está situado no Vale do Ave com uma população aproximada de 160.000 habitantes; Nos termos do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; Dispõe de atribuições no domínio da educação e da promoção do desenvolvimento. **Considerando ainda que no concelho de Guimarães:** A atividade económica dominante é a do setor secundário, sendo que 70% das empresas representam a indústria têxtil, predominando ainda uma forte indústria metalúrgica, assim como as cutelarias, cujas marcas portuguesas mais conceituadas do setor estão sedeadas no concelho; Existe um setor terciário em forte desenvolvimento, com destaque para o setor do turismo com um crescente impacto regional; O tecido empresarial necessita de pessoas altamente preparadas e qualificadas para a integração imediata no mundo do trabalho; Cerca de 50% da população estudantil frequenta cursos secundários profissionais. **É ainda reconhecido por ambas as instituições:** A necessidade de

uma formação profissional permanente e a interação do ensino superior com o tecido empresarial, bem como a prestação de serviços nas áreas científicas e tecnológicas à comunidade envolvente e, em especial, aos jovens, aos empresários, às empresas e aos seus trabalhadores; A importância para o desenvolvimento económico da região da formação ministrada pelo IPCA, nomeadamente no âmbito do novo tipo de formação superior criada pelo Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de Março, que veio introduzir uma oferta educativa de natureza profissional do Quadro Europeu de Qualificações para a Aprendizagem ao Longo da Vida – cursos Técnicos Superiores Profissionais; A forte ligação do Município de Guimarães com o tecido empresarial da região da área de influência do IPCA e a missão que o IPCA tem enquanto instituição de ensino superior pública; Que, nos termos do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 7/2007, de 10 de setembro, o ensino superior politécnico deve concentrar-se especialmente em formações vocacionais e em formações técnicas avançadas, orientadas profissionalmente. Nos termos da cláusula 4ª do mencionado Protocolo, é da competência do Município assegurar os espaços e as instalações para o funcionamento do polo do IPCA no Avepark, bem como adaptar os espaços afetos ao polo do IPCA, de acordo com o programa operacional aprovado entre ambas as partes. Para o efeito, e decorrente das reuniões havidas entre as partes, verificou-se a possibilidade de se ocupar o 1º piso de um imóvel que se encontra implantado no Avepark, propriedade da **Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto**, adiante designada por **APCTP**, que reúne as condições necessárias à instalação do polo do IPCA, com as devidas adaptações. Estabelecidos contactos a APCTP, proprietária do



imóvel, é possível o arrendamento do 1º piso do imóvel da sua propriedade, sito no lote do Avepark, descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o n.º 652/20070314, e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1041º, melhor identificado na planta anexa. Neste contexto, atendendo aos fundamentos acima expostos e que justificam a vantagem da implantação de um polo/extensão do IPCA no concelho de Guimarães, pretende-se celebrar dois contratos a seguir descritos: Celebração de um **Contrato de Arrendamento** – entre o Município e a APCTP, nos termos da minuta que se anexa, ressaltando a importância para as seguintes condições: **Fim:** destina-se à instalação de um polo de ensino, com vista ao desenvolvimento de ações de formação e atividades inerentes à promoção da qualificação profissional, que promovam e permitam a informação e atualização do conhecimento aos jovens, empresários e aos trabalhadores das empresas associadas da região; **Duração do contrato:** 4 anos, podendo ser renovável por períodos sucessivos de um ano, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 120 dias antes do seu termo; **Valor da renda:** €720,00/mensais (de acordo com a APCTP o 1º piso do imóvel a arrendar tem a área de 720 m², o que significa que o valor da renda corresponde a €1,00/m², considerando-se que, em face da localização, estado do prédio, e atendendo ao valor de mercado do arrendamento, o valor proposto pela APCTP é perfeitamente razoável e favorável aos interesses municipais); **Obras de adaptação:** as obras de adaptação necessárias à instalação do polo do IPCA ficam a cargo do Município; **Sublocação:** A APCTP autoriza, desde já, a cedência, pelo Município, do local arrendado, no todo ou em parte, quer onerosa quer gratuitamente, quer temporária quer

definitivamente, ao IPCA, para promoção de atividades de formação e de promoção profissional, pretendendo-se ministrar cursos Técnicos Superiores Profissionais, Pós-Graduações, seminários e conferências, cursos breves, ações de formação, entre outras formações. Celebração de um **Contrato de Cedência de Ocupação de Espaço** – entre o Município e o IPCA, conforme minuta que se anexa, onde constam as seguintes cláusulas, entre outras: **Regime de utilização:** O IPCA utilizará o 1º piso do prédio identificado anteriormente para instalação de um polo de ensino que tem como objetivo ministrar Cursos Técnicos Superiores Profissionais, Pós graduações, Seminários e Conferências, cursos breves, ações de formação, e outras, com vista à promoção da qualificação profissional dos jovens, empresários e aos trabalhadores das empresas associadas da região, visando o aumento da competitividade empresarial, não lhe podendo ser dado outro fim, sem autorização do Município; **Duração do contrato:** 4 anos, podendo ser renovável por períodos sucessivos de um ano, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 180 dias antes do seu termo; **Obras de conservação e manutenção:** Ficam a cargo do IPCA as obras de manutenção e conservação ordinária de parte do imóvel a ocupar, bem como as inerentes aos elevadores, AVAC e sistema de detecção de incêndio e outras necessárias ao bom funcionamento do espaço, não sendo permitido ao **IPCA** levar a efeito quaisquer obras no prédio cedido, sem o conhecimento e o consentimento prévio e expreso, por escrito, por parte do Município; **Despesas correntes:** Os encargos e despesas correntes inerentes ao fornecimento de bens ou serviços relativos ao imóvel cedido, tais como água, eletricidade, gás, telefone, rede de dados, limpeza e



outros custos de funcionamento, bem como o seguro para o recheio do Edifício e outros que, por lei, sejam obrigatórios para o normal funcionamento do espaço são da responsabilidade do IPCA; **Prestação de Serviços:** Como contrapartida pela utilização do espaço indicado na cláusula primeira, **o IPCA compromete-se a prestar serviços na área de Projetos/Estudos/Assessoria, a solicitar pelo Município, nomeadamente estudos de viabilidade económico-financeira, candidaturas, etc. O valor acumulado das prestações de serviços deverá corresponder ao montante total das rendas a pagar pelo Município, ou seja, €34.560,00, devido pelo período de ocupação do prédio em causa;** Assim, submete-se o assunto à decisão superior, sendo que, em caso de concordância com o acima exposto, deverá a minuta do **Contrato de Cedência de Ocupação de Espaço**, a celebrar com o IPCA, ser submetida a deliberação da Câmara Municipal, e a minuta do **Contrato de Arrendamento** com a APCTP à Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, atendendo a que, nos termos da alínea c), n.º 1, do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do art.º 14º do Regulamento de Execução Orçamental 2015, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal pelo facto de o prazo respetivo ser superior a 3 anos. Todavia, atendendo à **urgência na execução imediata das obras de adaptação**, a realizar por parte do Município, de modo a viabilizar a instalação do IPCA para o próximo ano letivo que se inicia em Outubro, torna-se necessária e iminente a outorga dos contratos de arrendamento e de cedência de ocupação de espaço, de modo a

legitimar o investimento municipal a realizar no prédio a ocupar brevemente, pelo que, em caso de concordância superior, deverá ser emitido o respetivo despacho de aprovação, a ratificar na próxima reunião de Câmara, que se realiza a 3 de setembro de 2015, nos termos do nº 3, do art.º 35º, da referida Lei nº 75/2013. A presente despesa está cabimentada sob a proposta de cabimento n.º 4091/2015. À consideração superior.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER A RATIFICAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**. “Os vereadores da Coligação Juntos por Guimarães consideram, naturalmente, extremamente positiva para Guimarães a instalação do Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA) no nosso concelho. Delibera-se por isso sobre a sua instalação, e os termos em que a mesma decorrerá. Nessa conformidade, temos o dever de manifestar as nossas reservas quanto à localização escolhida pela Câmara Municipal para instalação do IPCA – o Avepark. Desde logo porque do que se trata é de um parque de ciência e tecnologia, que muito embora deva estar umbilicalmente ligado à e às universidades, não se encontra habitualmente “dentro” delas. Por alguma razão – queremos crer que não meramente casuística – o Avepark foi instalado em local diferente dos dois *campi* em que se decompõe a Universidade do Minho. Depois porque os parques de ciência e tecnologia – como ouvimos já dizer ao Prof. José Mendes, neste mesmo executivo – buscam locais remotos e de sossego, que permita ideais condições de desenvolvimento das atividades científicas que aí



se devem desenrolar. Ora, essas não são propriamente as condições que desejam os alunos de uma unidade de ensino superior. Preocupam-nos naturalmente a ausência de equipamentos de proximidade que tornem confortável a presença dos alunos que pretendam vir para o IPCA de Guimarães. Mas mais substantivamente, preocupa-nos sobretudo que essa ausência de equipamentos e serviços de proximidade (como simples cafés, por exemplos), e ainda de alternativas de transporte público, possam no futuro perigar o crescimento, que todos desejamos pleno, desta unidade de ensino. As escolas, as universidades, devem estar nos centros urbanos. Como bem estariam na Cidade. Como bem estariam na vila das Taipas. Acontece que o Avepark, sendo embora próximo da vila das Taipas, não é na vila das Taipas nem a proximidade bastante que permita aos alunos, em condições de facilidade e conforto, usufruírem dos equipamentos e serviços que a vila proporciona. E esta é uma preocupação que deve ser manifestada neste momento e não em momento ulterior. Até porque poderão estar em causa as próprias condições com que o Município nos propõe contratar com o IPCA. Porque o investimento que o Município fará pode vir a ser significativo, pelo que o desejo de todos é que não sejam frustradas as expectativas que todos colocamos neste equipamento e neste investimento público. O IPCA não pode ser usado para resolver o problema que o Município tem no Avepark. Sob pena de com a resolução dum problema podermos estar a gerar outro. Mas naturalmente que nunca nos poderíamos opor a um investimento desta natureza, muito embora também não possamos deixar de fazer os alertas que achamos serem devidos.” -----

DOAÇÕES - CONTRATO DE DOAÇÃO PARA APOIO DA NOVA

EDIÇÃO ARQUITETURA COM AUTOR: GUIMARÃES 1937-1970 – Presente a seguinte informação: “No âmbito da área do Pensamento da CEC2012, o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, concretizou o projeto da obra Arquitetura com autor: Guimarães 1937-1970, com coordenação editorial de Filipe Vilas-Boas, cujo o lançamento foi efetuado em Dezembro do passado ano. Devido a constrangimentos orçamentais, só foi possível editar 100 exemplares desta obra que se assemelha a um fac-símile dos projetos de obras particulares pensadas para Guimarães, entre 1937-1970. Contudo, atendendo ao interesse latente para a história da cidade e para o conhecimento da evolução urbanística de Guimarães, foi manifesto a importância de se editar uma nova versão com mais exemplares, acessível ao público em geral. Neste sentido, várias empresas expressaram apoio em colaborar nesta nova edição através de uma doação monetária de 1.000€ (mil euros) cada uma, a saber: **1.** NVE ENGENHARIAS S.A. **2.** ABEL RIBEIRO DA SILVA SGPS SA. **3.** CUTIPOL CUTELARIAS PORTUGUESAS SA. **4.** CONFECÇÕES BUGALHÓS, LDA. **5.** JOSÉ MEIRELES DA COSTA RODRIGUES. **6.** HUMBERLINE - ARTES DE IMPRESSÃO, LDA. **7.** CRISPIM HORÁCIO DA COSTA ABREU. **8.** JOSE MANUEL ARANTES. **9.** DST – SGPS, SA. **10.** SOGUIMA. Atendendo a que os municípios dispõem de atribuição no domínio do património, cultura e ciência, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 23 do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Para desenvolver estas atribuições os Municípios podem, nos termos previstos na al. j) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, “aceitar doações, legados e heranças a benefício de inventário, solicito anuência para a realização dos contratos de doação com as empresas supramencionadas. À consideração superior.” A minuta



do contrato de doação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

RECURSOS HUMANOS - PROCEDIMENTO CONCURSAL - ASSISTENTES OPERACIONAIS - RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO AO EXTERIOR -

Presente a seguinte proposta: "Em reunião realizada a 28 de julho de 2014, a Assembleia Municipal deliberou aprovar a abertura de procedimento concursal para recrutamento excecional de cinco assistentes operacionais, ao abrigo do disposto no artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2014. Este procedimento veio a ser publicitado por aviso publicado em Diário da República a 23 de outubro de 2014, encontrando-se a decorrer a aplicação dos métodos de seleção. Estabelece-se naquele artigo 64.º que a homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses contados da data da deliberação de autorização, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada. Encontram-se reunidos os pressupostos de que a lei faz depender o recrutamento excecional de candidatos não vinculados à administração pública, designadamente: a) Mantém-se a imprescindibilidade do recrutamento para assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público estabelecidas, ponderada a carência dos recursos humanos verificada no momento da abertura do procedimento. b) Tem-se registado uma redução significativa, em termos globais, dos recursos humanos da autarquia, decorrente, em especial, da concretização de aposentações antecipadas. c) Consultada a entidade centralizada para a constituição de reservas de recrutamento, foi obtida a informação de inexistência de pessoal

com o perfil adequado. d) O Município de Guimarães tem cumprido integralmente os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Locais e na Lei n.º 57/2011, bem como o preceituado nos artigos 62º e 64º da Lei do Orçamento de Estado no que respeita em matéria de controlo de despesas com pessoal. e) Os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos no orçamento da autarquia. O procedimento concursal encontra-se em fase de aplicação dos métodos de seleção, tendo sido já efetuada a prova de conhecimentos (prática). Há ainda que proceder à aplicação de mais um método de seleção obrigatório – a avaliação psicológica - e do método de seleção facultativo – a entrevista profissional de seleção. Nestes termos, propõe-se que seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a renovação da autorização concedida na referida reunião de 28 de julho de 2014 para o recrutamento excecional de candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, de cinco assistentes operacionais para a área da Limpeza.” **DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR**

SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo, que apresentaram a sua **declaração de voto**:

“A proposta presente para aprovação refere-se a uma renovação da autorização concedida pela Assembleia Municipal, no dia 28 de julho de 2014, para o procedimento concursal para recrutamento excecional de cinco assistentes operacionais. Tal como se refere na proposta, a publicitação deste procedimento



foi efetuada, por aviso em Diário da República, a 23 de outubro de 2014. De acordo com o artigo 64º da Lei do Orçamento de Estado para 2014, a homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses contados da data de deliberação da autorização, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada. Ou seja, a homologação da lista de classificação final deveria ter ocorrido até 28 de janeiro de 2015 mas, a 4 de agosto de 2015, o procedimento concursal ainda se encontrava em fase de aplicação de métodos de seleção, havendo ainda que proceder à aplicação de mais um método de seleção obrigatório e do método de seleção facultativo! Importa, pois, esclarecer a que se deve o atraso de mais de um ano desde a data de deliberação, para um concurso que visa admitir cinco candidatos. Tanto mais que, na proposta, não se vislumbra qualquer justificação para ainda estarmos na fase de procedimentos de seleção, nem tampouco porque é esta proposta de renovação de autorização não foi apresentada em janeiro, esgotado o prazo de seis meses, ou mesmo em abril, seis meses após a publicitação em Diário da República, apenas se referem os atrasos, que consideramos incompreensíveis, numa unidade orgânica cujo desempenho foi classificado como Bom, ou seja, atingiu todos os objetivos, superando alguns. Poderá depreender-se que o cumprimento dos prazos deste procedimento concursal não era um objetivo? Perante o acima exposto, os vereadores da Coligação PSD/CDS-PP não podem subscrever uma proposta que consideram não estar devidamente fundamentada quanto aos motivos da sua delonga. E menos ainda podem pactuar, com a sua aprovação, com uma lentidão de procedimento que não apresenta, nos documentos que nos são fornecidos, qualquer enquadramento

justificativo. O que, diga-se, bem revela a credibilidade com que os vereadores socialistas frequentemente se queixam da falta de trabalhadores. Porque perante a possibilidade de contratação de mais 5 trabalhadores, deixa-se o respetivo procedimento arrastar por um período que ultrapassa o razoável, e que sobretudo, desmente a urgência que tantas vezes alegam. No entanto, e uma vez que a mesma viabiliza a criação de cinco postos de trabalho, ao que não nos opomos, optamos pela **abstenção** na votação deste ponto da ordem de trabalhos.” ----

RECURSOS HUMANOS - SUBSISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS UNIDADES ORGÂNICAS (SIADAP1) -

2014 – Presente a seguinte proposta: “1. Nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, aplicada à Administração Local por força do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, nos Municípios são sujeitas a avaliação de desempenho as unidades orgânicas que dependem diretamente dos membros do órgão executivo. 2. Cada membro do órgão executivo avalia as unidades orgânicas que superintende, sendo a avaliação expressa nas seguintes menções: Desempenho bom: se atingiu todos os objetivos, superando alguns; Desempenho satisfatório: se atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes; Desempenho insuficiente: se não atingiu os objetivos mais relevantes. 3. Nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, compete à Câmara Municipal ratificar a avaliação das unidades orgânicas atribuídas pelo membro do órgão executivo de que dependam. 4. Nestes termos, propõe-se que sejam ratificadas as avaliações de desempenho atribuídas pelos membros do órgão executivo: **a) Presidente da Câmara – Domingos Bragança: Departamento de Administração Geral:** Desempenho bom; **Departamento de Obras Municipais:**



Desempenho bom. **b)** Presidente da Câmara – Domingos Bragança e Vereador – Amadeu Portilha: **Departamento Urbanístico e de Promoção do Desenvolvimento:**

Desempenho bom. **c)** Vereador – Amadeu Portilha: **Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente:**

Desempenho bom. **d)** Vereador – Amadeu Portilha e Vereadora – Paula Oliveira: **Departamento de Polícia Municipal:**

Desempenho satisfatório. **e)** Vereador – José Manuel Bastos: **Departamento de Cultura, Turismo e Juventude:**

Desempenho bom. **f)** Vereadora – Adelina Pinto: **Divisão de Educação:** Desempenho bom; **Divisão de Arquivo:**

Desempenho bom; **Divisão de Recursos Humanos:**

Desempenho bom; **Divisão de Biblioteca:** Desempenho bom.

g) Vereador – Ricardo Costa: **Departamento Financeiro:**

Desempenho bom. h) Vereadora – Paula Oliveira: **Divisão de Ação Social:** Desempenho bom.” **DELIBERADO APROVAR**

POR MAIORIA. Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa e Paula Oliveira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e José Torcato Ribeiro. -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:**

“Os trabalhadores do Município de Guimarães merecem-nos toda a confiança. As suas prestações e disponibilidade têm-se revelado assinaláveis em diversas circunstâncias públicas, mas são igualmente do nosso conhecimento pelo que podemos igualmente atestá-lo, no âmbito das funções que desempenhamos como vereadores do Município de Guimarães. Pelo que a posição que aqui manifestaremos, bem como o

sentido de voto por que optaremos, nada tem que ver com os trabalhadores ou as suas prestações. Porque não as conhecemos suficientemente para poder avaliar, em bom juízo, as suas prestações. É-nos apresentada uma proposta que visa a ratificação das avaliações de desempenho atribuídas pelos membros do órgão executivo às unidades orgânicas que superintendem, sendo a avaliação expressa nas seguintes menções: Desempenho bom: se atingiu todos os objetivos, superando alguns; Desempenho satisfatório: se atingiu todos os objetivos ou os mais relevantes; Desempenho insuficiente: se não atingiu os objetivos mais relevantes. O resumo apresentado para ratificação nada mais é do que uma lista dos resultados atribuídos às ditas unidades orgânicas. Embora reconhecendo que o modelo de avaliação estabelecido pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, aplicada à Administração Local por força do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro, se limita a uma avaliação interna, como que em "circuito fechado", em que o membro do executivo pode ser encarado como o reflexo do desempenho da unidade orgânica que superintende, as menções obtidas carecem, no mínimo de uma fundamentação. Mas a verdade é que nos são trazidas para deliberação as avaliações propostas pelo titular do respetivo pelouro sem qualquer fundamentação justificativa. E como podemos nós, com a informação de que dispomos, exercer algum tipo de fiscalização? É-nos disponibilizado um documento que diz, tão somente, quais são as classificações propostas pelo membro do órgão executivo que superintende sem que nos seja fornecido qualquer dado que nos permita concluir se essas avaliações são corretas ou incorretas. Se falham por excesso ou por defeito. Nada nos é permitido com uma informação que nada



informa, apenas expõe. Ora isto é algo com que não nos podemos conformar! Sabendo que os objetivos das unidades orgânicas decorrem dos objetivos estratégicos definidos pelo Presidente da Câmara e que são vertidos em Quadros de Avaliação e Referenciação (QUAR), falta aqui dar conta dos elementos que sustentam as classificações atribuídas. Sendo e tendo que ser mensuráveis, aos objetivos estão associados indicadores, metas, percentagens de ponderação, os resultados obtidos e a taxa de realização. Os valores de referência relativos a anos anteriores, quando possível, são também fundamentais para perceber a evolução dos diversos parâmetros em avaliação. Ora, não questionando a qualidade dos objetivos definidos, consideramos que os elementos referidos são essenciais para uma adequada análise dos resultados, que nos permita ratificar as menções propostas. Aliás, importa dizer que, no passado, foram já disponibilizados para análise em reunião de executivo municipal os indicadores com base nos quais se aplicou a classificação proposta. O que terá conduzido a que esta Câmara agora não pretenda disponibilizar aos vereadores todos os dados de que dispõe e que, cremos, tem mesmo a obrigatoriedade de disponibilizar? A verdade é que nos é presente para deliberação uma série de classificações atribuídas aos diversos departamentos e unidades orgânicas sem que seja disponibilizado aos vereadores, como parte integrante da deliberação, o quadro de avaliações parcelares que nos permitam aferir da justeza e conformidade da avaliação final. O que, além dos mais, é merecedor das maiores reservas quanto à sua legalidade pois consideramos que o quadro das avaliações parcelares e relatórios de avaliação devem ser parte integrante da deliberação. Mas mais grave é que no passado os quadros

com os relatórios de desempenho tenham sido remetidos aos vereadores para consulta, o que agora não sucede. Porque consideramos ser de lamentar esta tentativa de limitar o exercício da fiscalização democrática com práticas condenáveis que não são próprias de uma Câmara com a dimensão e tradição da Câmara Municipal de Guimarães; Porque consideramos ser de lamentar a prática agora adotada que implica um retrocesso na prática instituída no passado, sendo uma mudança no sentido de uma menor transparência; E no fundo não nos sendo possível conhecer e efetivamente fiscalizar os fundamentos para as classificações propostas; Optamos pelo voto de abstenção em face da manifestação, por parte da Senhora Vereadora e no decurso da reunião de Câmara, de que nos seriam entregues os documentos que nos permitam avaliar a justeza das avaliações propostas. O que aceitamos, alterando a intenção inicial de votar contra esta proposta, por ter sido alegado pela Senhora Vereadora que tinha prazos para cumprir para apresentação da avaliação do desempenho das unidades orgânicas.” -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE ALDÃO – Presente a seguinte informação: “Por deliberação camarária de 6 de novembro de 2014, sancionada pela Assembleia Municipal em reunião de 15 de dezembro de 2014, foi aprovada a alteração de trânsito na Rua da Rainha D. Teresa e Rua Monte de Aldão, na freguesia de Aldão, por um período experimental de três meses. A sua implementação ocorreu no dia 17 de abril, tendo sido objeto de apreciação em assembleia de freguesia de 29 de junho de 2015. Considerando a avaliação positiva da alteração de trânsito ocorrida na Rua da Rainha D. Teresa e Rua Monte de Aldão, submete-se à apreciação do executivo a sua aprovação em regime definitivo, conforme



postura em anexo.” O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Ricardo Costa, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PUBLICO, NO ÂMBITO DO REGIME EXCECIONAL ESTABELECIDO PELO D.L.

165/2014 - Presente uma proposta para emissão de certidão de interesse público para as empresas OXECODE – Shoes Company S.A. e TEXIRECUPERA – Recuperação de Têxteis, Lda., nos termos dos pressupostos definidos no âmbito da fundamentação que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO - JULHO

DE 2015 - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 23 de dezembro de 2014 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta

deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – LAR DE SANTA ESTEFÂNIA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – FÉRIAS DESPORTIVAS 2015

– Presente a seguinte proposta: “O Lar de Santa Estefânia vem solicitar a atribuição de um subsídio para um programa de sete semanas de férias desportivas para 30 crianças organizadas pela Tempo Livre, como forma de desenvolvimento de competências relacionais, pessoais e educativas. Atendendo à importância da atividade física no desenvolvimento equilibrado dos jovens e comprovados os requisitos daquela instituição expressos no artigo 6º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, proponho a atribuição a esta instituição, de um subsídio no montante de €780,00 (setecentos e oitenta euros), correspondente ao preço da frequência de 30 crianças (dez nas primeiras duas semanas/10 dias e 20 nas restantes 5 semanas/21 dias), no Programa de Férias Desportivas 2015.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – FÉRIAS DESPORTIVAS - RATIFICAÇÃO DE ALUGUER DE TRANSPORTE

– Presente a seguinte proposta: “No seguimento da concessão de um apoio para férias desportivas a crianças provenientes de agregados familiares com uma situação económica vulnerável, identificadas pela CPCJ, pela CASFIG e pela Fraterna, deliberado em reunião de Câmara do passado dia 23 de julho, veio o Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro, no quadro das suas atividades de acompanhamento, solicitar a atribuição de um subsídio para um programa de férias desportivas que se iniciou em agosto e até 4 de setembro, para



3 crianças, de 7, 9 e 14 anos que vivem num agregado familiar composto por avós e cinco menores. Considerando, contudo, que a família em causa não tinha meios de suportar as despesas de transporte para se deslocarem a este programa de férias, disso dependendo a sua efetiva participação, e podendo o Município conceder-lhes um apoio financeiro para este fim enquadrado na alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal, foi autorizado o aluguer do transporte cujo valor total se estimou em €600,00 (seiscentos euros) pela rubrica 2.3.2.0901 – Apoio a pessoas de estratos sociais desfavorecidos. Importa assim, submeter para ratificação este apoio entretanto concedido e necessário para assegurar a estas crianças a frequência do programa de férias desportivas.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - FÉRIAS DESPORTIVAS PARA CRIANÇAS – AGOSTO DE 2015 – Presente a seguinte informação: “No seguimento da concessão de um apoio para férias desportivas a crianças provenientes de agregados familiares com uma situação económica vulnerável, identificadas pela CPCJ, pela CASFIG e pela Fraterna, deliberado em reunião de Câmara do passado dia 23 de julho, vem o Centro Social D. Manuel Monteiro de Castro, no quadro das suas atividades de acompanhamento, solicitar a atribuição de um subsídio para um programa de férias desportivas para 3 crianças, de 7, 9 e 14 anos que vivem num agregado familiar composto por avós e cinco menores, dada a reconhecida importância da atividade física para o desenvolvimento equilibrado das crianças. Face ao exposto, e

podendo ser concedido a estas três crianças um apoio financeiro enquadrado na alínea v) do nº 1 do artigo 33 do Anexo I da lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que confere atribuição às autarquias para participar na prestação de serviços a pessoas em situação de vulnerabilidade nas condições constantes de regulamento municipal, propõe-se, ao abrigo do art.º 30.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, a concessão de um apoio convertido em férias desportivas organizadas pela Tempo Livre, cujo valor total durante cinco semanas se estima em €375,00 (trezentos e setenta e cinco euros), pela rubrica 2.3.2.0901 – Apoio a pessoas de estratos sociais desfavorecidos, correspondente ao preço da frequência e do almoço para as três crianças.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – COOPERATIVA FRATERNA – CEDÊNCIA DE TRANSPORTE – Presente a seguinte proposta: “A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de crianças e jovens, no dia 9 de Setembro, ao Regimento de Cavalaria n.º 6, em Braga. Assim, considerando que se trata de uma deslocação que visa promover competências sociais, aquisição de novos saberes e combater a exclusão social, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 14 de agosto 2015, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se o referido pedido ao Executivo Camarário, para deliberação.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ESCOLA BÍBLICA DE SERZEDELO –



CEDÊNCIA DE TRANSPORTE – Presente a seguinte proposta:

“A Escola Bíblica de Serzedelo solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte de um grupo de pessoas, no dia 23 de Agosto a Fátima. Assim, considerando que se trata de uma deslocação que tem como principal objetivo participar na abertura da XXXVIII Semana Bíblica Nacional, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 17 de agosto de 2015, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se ao Executivo Camarário o pedido efetuado, para ratificação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO N.º 566 – CREIXOMIL – OFERTA DE BANDEIRA – Presente a seguinte proposta: “Preparando-se o Agrupamento nº 566 do Corpo Nacional de Escutas para encetar uma peregrinação a Roma, de 3 a 7 de setembro próximo, vêm solicitar a oferta de uma bandeira de Guimarães que possam exibir à chegada à Praça de São Pedro. Informa-se que existe nos Serviços uma bandeira do Município disponível para este efeito, cujo custo atual se estima em €88,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município ao Agrupamento nº 566 do Corpo Nacional de Escutas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - CONVÍVIO - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA - 24ª EDIÇÃO DO GUIMARÃES JAZZ – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “Guimarães Jazz” é uma iniciativa cultural que se tem afirmado

ao longo dos anos como uma das marcas mais relevantes no panorama cultural vimaranense e nacional. Considerando que: A Associação Convívio é parceira da Câmara Municipal na organização do festival desde o seu início em 1992; Durante as 23 edições já realizadas o Guimarães Jazz se pautou por programações de grande qualidade que suscitam uma grande adesão em termos de públicos; Os atuais constrangimentos resultantes da publicação da Lei 50/2012 impedem a Oficina de assumir os encargos financeiros tendentes à organização do festival; Se manterá inalterada uma parceria de 12 anos na organização do festival que continuará a contar com a Câmara Municipal de Guimarães, a Associação Cultural Convívio e a Oficina; Proponho, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães, ao abrigo do disposto no nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010, a atribuição, ao Convívio – Associação Cultural e Recreativa, registado no RMECARH sob o nº 501670513, de um subsídio de €180.000,00 (cento e oitenta mil euros), destinado a compartilhar nos custos de organização da 24ª edição do Guimarães Jazz, a decorrer no próximo mês de novembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – ASSOCIAÇÃO DE CICLISMO DO MINHO - ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA REABILITAÇÃO DA SEDE SOCIAL – Presente a seguinte proposta: “Sedeada em Guimarães e fundada em 12 de Outubro de 1977, a ACM - Associação de Ciclismo do Minho é uma associação sem fins lucrativos e instituição de utilidade pública que tem como objeto a promoção e regulamentação do ciclismo, nas suas diversas vertentes, em toda a região do Minho. A Associação de Ciclismo do Minho tem pautado a sua atividade pela promoção e



organização de eventos desportivos, com notória predominância para as provas organizadas para os designados escalões de formação (ciclismo de estrada, BTT, Trial Bike, Ciclocrosse e Ciclismo para Todos). Na sequência da deterioração da sede social, com episódios de inundações e entupimentos, a associação foi forçada a empreender, com carácter de urgência, um conjunto de obras de reabilitação da sua sede. Localizada na Urbanização da Atouguia, a sede da Associação Ciclismo do Minho foi oficialmente inaugurada em 21 de julho de 1990, nunca tendo beneficiado de qualquer obra de beneficiação ou remodelação. A intervenção efetuada ascendeu aos 49 mil euros, tendo a Associação de Ciclismo do Minho conseguido suportar cerca de 9 mil euros, com fundos próprios e angariado junto de mecenas e outras entidades cerca de 26 mil euros. Neste sentido, a Associação Ciclismo do Minho vem solicitar à Câmara Municipal de Guimarães, um apoio financeiro no valor de €14.000,00 (catorze mil euros), a fim de fazer face aos compromissos relacionados com a intervenção na sede social, considerando a difícil angariação de receitas suplementares com vista ao financiamento integral da empreitada. É de destacar a circunstância da localização da sede social da Associação de Ciclismo do Minho constituir um fator de integração social positivo, bem como a abertura da associação para colaborar e promover atividades desportivas em Guimarães (lazer e competição). Assim, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DE GUIMARÃES, propõe-se a atribuição de um subsídio de €14.000,00 (catorze mil euros), para apoio à requalificação da sede social da associação." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - ATLETAS PREMIADOS NO ÂMBITO DA GALA DO DESPORTO 2015 – Presente a seguinte proposta: “No

âmbito da Gala do Desporto de 2015 e na sequência da aprovação do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Formação Desportiva em reunião de Câmara de 4 de março de 2010 e em Assembleia Municipal a 29 de abril de 2010, com as alterações introduzidas pela reunião de Câmara de 10 de fevereiro de 2011 e na Assembleia Municipal de 11 de março de 2011, venho informar que os atletas premiados nas categorias previstas no referido regulamento foram os seguintes: Jovem Revelação Masculino – **Gonçalo da Cunha Freitas** – atleta Karaté do Aquabrito; Jovem Revelação Feminina – **Inês Ariana Ferreira** – atleta de Karaté do Aquabrito; Atleta do Ano Masculino – **Rui Pedro Rebelo Bragança** - atleta de Taekwondo do VSC; Atleta do Ano Feminina – **Inês Francisca Ribeiro Cardoso Pinto Jorge** – atleta de Ténis do Clube Ténis de Guimarães. Atleta de Desporto Adaptado – **Manuel Freitas Mendes** – atleta de Atletismo do VSC. Assim, propõe-se que o Município de Guimarães ratifique as deliberações tomadas pela Comissão de Avaliação da Gala do Desporto e subsequentes procedimentos para a concessão dos correspondentes prémios num total de €11.000,00, divididos da seguinte forma: 10 mensalidades de setembro de 2015 a junho de 2016 – atleta do ano €2.500,00 cada, atleta jovem revelação e desporto adaptado €2.000,00 cada.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

DIVERSOS - RECURSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL - PROCESSO DE VISTORIAS ADMINISTRATIVAS N.º 30/14 –

Presente a seguinte informação: “Ana da Silva, na qualidade de cabeça de casal da herança de Manuel da Silva, veio apresentar perante a Câmara Municipal, nos termos da al. b) do n.º 1 do



art.º 199.º do Código do Procedimento Administrativo, um **recurso administrativo especial** do despacho do dia 27 de junho de 2014, da Vereadora Paula Oliveira, constante do documento que se anexa e aqui se dá por integralmente reproduzido (**doc. 1**). **ANÁLISE JURÍDICA – 1. Da legitimidade da recorrente e tempestividade do recurso:** À luz do art.º 186.º do Código do Procedimento Administrativo atualmente em vigor, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (CPA), a recorrente Ana da Silva detém legitimidade no que concerne à interposição deste recurso hierárquico, por ser titular de um interesse legalmente protegido, uma vez que é cabeça de casal da herança de Manuel da Silva, proprietária do prédio objeto do presente processo e que foi notificada para executar as obras. A decisão que vem impugnada pelo presente recurso foi proferida pela Vereadora Paula Oliveira, em 27 de junho de 2014, tendo a respetiva notificação sido recebida pela recorrente em 2 de julho de 2014, e o recurso em análise foi enviado à autarquia pelo correio em 26 de junho de 2015, recebido pelos serviços municipais a 29 de junho de 2015. Ora, tratando-se de um recurso administrativo especial, que no caso em apreço corresponde ao anterior recurso hierárquico impróprio do CPA entretanto revogado, segue, nos termos do n.º 5 do art.º 199.º do novo CPA, as disposições reguladoras do recurso hierárquico, constantes dos art.ºs 193.º e seguintes do mesmo diploma legal. Assim, não se tratando de um recurso hierárquico necessário (cujo prazo de interposição seria 30 dias após o conhecimento do ato, conforme n.º 2 do art.º 193.º), mas de um recurso meramente facultativo, o prazo de apresentação do recurso será o mesmo prazo de impugnação contenciosa do ato em causa (n.º 2 do mesmo art.º 193.º). Os prazos de

impugnação contenciosa dos atos administrativos são os que constam do art.º 58.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 de fevereiro, e suas posteriores alterações. Nos termos da al. b) do n.º 2 deste art.º 58.º, salvo disposição em contrário, será de três meses o prazo de impugnação de atos anuláveis por parte dos particulares. No entanto, este prazo poderá ser estendido até um ano, nas circunstâncias previstas no n.º 4 do mesmo artigo. De acordo com as datas acima indicadas, o prazo de três meses após o conhecimento do ato encontram-se largamente ultrapassado. Na verdade, se a recorrente foi notificada do ato em 2 de julho de 2014, o prazo de três meses terminaria no mês de Outubro do ano passado. Para beneficiar da norma constante do n.º 4 daquele art.º 58.º do CPTA, que estende o prazo até um ano, a recorrente deveria ter alegado, e provado, que se encontrava abrangida por qualquer uma das circunstâncias previstas nas alíneas daquele n.º 4, o que não fez. Em face do exposto entendemos, salvo melhor opinião, que o recurso é intempestivo, pelo que deveria ser rejeitado, nos termos da al. c) do n.º 1 do art.º 196.º do CPA. No entanto, ainda que assim possa não ser entendido, pronunciar-nos-emos, de seguida, quanto ao objeto do recurso administrativo e à análise técnica e jurídica da mesma: **2. Da decisão recorrida - competência:** Atendo o disposto no n.º 2 do art.º 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal a decisão de, a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. Por deliberação da Câmara Municipal de 17 de



outubro de 2013 esta competência foi delegada no Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de subdelegação. Nos termos do despacho de delegação e subdelegação de competências, datado de 2 de janeiro de 2014, esta competência encontra-se subdelegada na Vereadora Paula Oliveira. Assim, o presente recurso deve ser objeto de decisão final da Câmara Municipal, de acordo com o estipulado nos n.ºs 1 e 2 do art.º 34.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 2 do art.º 199.º do Código do Procedimento Administrativo. O prazo para a decisão do recurso é, nos termos do art.º 198.º do CPA, de 30 dias, prazo que terminou no passado dia 11 de agosto. No entanto, tratando-se de decisão que têm que ser proferida pela Câmara Municipal, órgão executivo, e que não se realizou nenhuma reunião do órgão no mês de agosto, a decisão deverá ser tomada na primeira reunião agendada para o mês de setembro.

3. Apreciação técnica - Quanto aos argumentos de facto apresentados pela recorrente, o teor da exposição foi analisado pelos serviços do Departamento de Polícia Municipal/Vistorias Administrativas, conforme informação em anexo (doc. 2), e na qual são prestados os esclarecimentos relativamente ao alegado pela recorrente naquele documento, e que conclui pela manutenção da decisão proferida em 27 de junho de 2014, e agora posta em causa, pelas razões expostas nesta informação, que aqui igualmente se dão como reproduzidas.

4. Conclusão - Em face do exposto, verifica-se que o recurso administrativo interposto se apresenta, a final, intempestivo e sem fundamentação válida, quer de facto, quer de direito, e em consequência: - deve ser indeferido o recurso administrativo especial apresentado pela recorrente, nos termos e fundamentos constantes da presente informação e dos

documentos em anexo; - confirmar-se o ato recorrido, exarado pela Vereadora com competências subdelegadas, Paula Oliveira, datado de 27 de junho de 2014, porquanto não infringiu qualquer norma legal e se encontra ajustado ao caso em apreço.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de ser a autora do despacho ora recorrido. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----